

**ATA DA REUNIÃO Nº 39
DO CONSELHO MUNICIPAL
DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
- CONSELHO DA CIDADE –
MANDATO 2013/2016**

EXTRAORDINÁRIA

Joinville, 10 de setembro de 2014

1 No décimo dia do mês de setembro de dois mil e quatorze, às dezenove horas, no Plenarinho da
2 Câmara de Vereadores de Joinville, à Avenida Hermann August Lepper, 1.100, Bairro Saguauçu, em
3 Joinville, Santa Catarina, em atendimento à convocação do Presidente do Conselho da Cidade,
4 Vladimir Tavares Constante, no uso de suas atribuições legais, considerando a urgência e relevância
5 do tema em análise, os integrantes do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável,
6 “Conselho da Cidade”, Mandato 2013-2016, reuniram-se, em caráter extraordinário, para tratar da
7 seguinte ordem do dia: 1) Leitura do edital de convocação; 2) Aprovação da ata da reunião anterior;
8 3) Deliberação sobre as demandas externas da Secretaria de Assistência Social e da Câmara de
9 Vereadores de Joinville (referentes à questão dos catadores, edificações religiosas e Núcleos
10 Urbanos do Jardim Paraíso e Vila Cubatão, respectivamente); 4) Apresentação do posicionamento
11 dos Grupos de Trabalho: 4a) Grupo de Trabalho sobre Geminados; 4b) Grupo de Trabalho sobre
12 Cota 40; 4c) Grupo de Trabalho sobre Estacionamentos; 5) Análise da minuta da Lei de
13 Ordenamento Territorial – LOT; 6) Debate. O Presidente do Conselho da Cidade, Vladimir Tavares
14 Constante, fez a abertura da reunião, e em seguida o edital de convocação foi lido pelo Secretário
15 Executivo, Clailton Dionizio Breis. O Presidente comunicou a inclusão de informação na ata anterior,
16 solicitada pelo conselheiro Reinaldo, e submeteu à aprovação da Plenária. A ata foi aprovada por
17 maioria, com um voto contrário. O conselheiro Franklin Urresta Orbes, responsável pela
18 coordenação do Grupo de Trabalho sobre Geminados, foi convidado a apresentar o resultado dos
19 trabalhos, apresentado no Anexo III desta ata. Após debate sobre o assunto, o tema foi submetido a
20 votação, e 1) **Com nove votos contrários, a Plenária deliberou que não será definida testada mínima
21 para as unidades habitacionais em condomínios fechados de casas geminadas que fizerem frente
22 para a via interna de acesso do respectivo condomínio;** 2) Por unanimidade, foi deliberado que
23 somente será permitida a habitação geminada quando de frente para uma via que não seja a via
24 principal estabelecida para a Faixa Viária, exceto quando tiver via interna, com acesso para a via

25 principal; **3)** Com dez votos contrários, foi aprovado, por maioria, que a testada mínima para
26 geminados será de cinco metros. Tendo em vista a questão da permeabilidade e mobilidade, o **lppuj**
27 deverá pensar numa forma de coibir grandes extensões de casas geminadas, **bem como criar**
28 **critérios na aprovação de projetos de geminados que proibam a utilização do recuo para**
29 **estacionamento.** Em seguida, o conselheiro Luiz Fernando Peres Calil foi convidado a apresentar o
30 resultado das reuniões do Grupo de Trabalho sobre Estacionamentos, conforme Anexo IV desta ata.
31 Como não houve tempo, o debate sobre esse tema ficou para a próxima reunião do Conselho, **da**
32 **mesma forma que a apresentação do Grupo de Trabalho sobre a Cota 40 e o respectivo debate.** Ao
33 final da reunião, o Presidente submeteu à Plenária os encaminhamentos referentes às demandas
34 externas, e foi deliberado que **4)** A solicitação da Secretaria de Assistência Social, referente à
35 questão dos catadores, deverá ser remetida para análise da Câmara Comunitária de Ordenamento
36 Territorial e Integração Regional, que deverá apresentar posicionamento para referendar em
37 Plenária; as demandas da Câmara de Vereadores, sobre edificações religiosas e Núcleos Urbanos
38 do Jardim Paraíso e Vila Cubatão, deverão ser analisadas posteriormente, no contexto da nova Lei
39 de Ordenamento Territorial. Essa decisão foi tomada por unanimidade. O registro de presença e
40 justificativas de ausência constam no Anexo I desta ata, e o registro de substituições no Anexo II.
41 Nada mais a tratar, às vinte e uma horas e vinte minutos foi encerrada a reunião. Eu, Patrícia
42 Rathunde Santos, Assessora Técnica do Conselho da Cidade, elaborei esta ata, que vai assinada
43 pelo Presidente do Conselho da Cidade, pelo Secretário Executivo e por mim. Joinville, dez de
44 setembro de dois mil e quatorze.

Vladimir Tavares Constante
Presidente do Conselho da Cidade

Clailton Dionizio Breis
Secretário Executivo

Patrícia Rathunde Santos
Assessora Técnica

ANEXO I

1



Conselho da Cidade



CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - CONSELHO DA CIDADE - MANDATO 2013 - 2015

Reunião 39 - Joinville, 10 de setembro de 2014 - Plenarinho da Câmara de Vereadores - Extraordinária

ANEXO I - REGISTRO DE PRESENÇA E JUSTIFICATIVAS DE AUSÊNCIA

1. MOVIMENTOS POPULARES				
	Ordem	Conselheiro	Registro	Entidade
1	1	Aldori Luis	Presente	Associação dos Cavaleiros de Joinville e Região Norte e Nordeste de SC
2	2	Amilton Cesar Teixeira	Presente	Associação de Moradores do Floresta
3	3	André Pagel Eidelw ein	Presente	Associação Movimento Pedala Joinville
4	4	Antonio Manoel de Oliveira	Presente	Associação de Moradores Florescer
5	5	Arno Ernesto Kumlehn	Presente	Associação de Amigos e Moradores do Bairro América - Amaba
6	6	Gilberto Augusto Krause	Justificou ausência	Associação de Moradores da Estrada da Ilha - Amei
7	7	Gustavo Gohr	Presente	Associação de Moradores São Marcos
8	8	Josafá Souza Távora	Presente	Associação de Moradores da Área Central de Pirabeiraba - Amacep
9	9	José Ailton Machado	Presente	APP da Escola de Educação Básica Francisco Eberhardt
10	10	Luiz Bernardo	Justificou ausência	Associação de Moradores Chico Mendes
11	11	Olavio José David	Presente	Associação de Moradores do Entomo Leste do Boa Vista - Amorlest
12	12	Oli Antonio Cardoso Pinto	Presente	Associação de Moradores e Amigos do Jardim Iririu
13	13	Oswaldo Bittelbrunn Filho	Presente	Associação Moradores do Bairro Guanabara
14	14	Reinaldo Pschaeidt Gonçalves	Presente	Conselho de Associações de Moradores do Município de Joinville - Comam
15	15	Sergio Duprat Carmo	Presente	Observatório Social de Joinville
16	16	Thiago Rodrigues	Presente	Associação de Moradores do Conjunto Residencial Castelo Branco
17	17	Osmar Felício		Associação de Moradores Palmeirinhas do Parque Residencial Guaira
18	18	Juarez Ladislau da Silva	Presente	Clube de Mães Fazer Não Esperar Acontecer da Lagoinha

2. ENTIDADES EMPRESARIAIS				
	Ordem	Conselheiro	Registro	Entidade
1	1	Álvaro Cauduro de Oliveira	Presente	CDL - Câmara de Dirigentes Lojistas de Joinville
2	2	Christiane Schramm Guisso	Presente	AJORPEME
3	3	Fabício Roberto Pereira	Presente	ACU - Associação Empresarial de Joinville
4	4	Francisco Maurício Jauregui Paz	Presente	Sindicato da Indústria da Construção Civil de Joinville
5	5	Anagê Alves da Silva	Presente	SECOVI NORTE-SC
6	6	Mario Eugênio Boehm	Presente	ALOJ - Associação de Loteadores de Joinville
7	7	Jaime Raitz		Sindicato Patronal Indústria Mecânica de Joinville e Região - SINDIMEC
8	8	Alex Albert Breier		Sindicato das Empresas de Transp. de Cargas e Oper. Logísticas de Joinville

3. ENTIDADES SINDICAIS DE TRABALHADORES				
	Ordem	Conselheiro	Registro	Entidade
1	1	Jean Pierre Lombard	Presente	Sindicato dos Trabalhadores em Imobiliária e Condomínios de Joinville e Região
2	2	Nelson Holz	Presente	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Joinville

4. ENTIDADES PROFISSIONAIS				
	Ordem	Conselheiro	Registro	Entidade
1	1	Franklin Horácio Urresta Orbes	Presente	IAB - Núcleo Joinville
2	2	Leonardo Henrique Dantas	Justificou ausência	CAU/SC - Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina
3	3	Nathanael Rocha	Justificou ausência	OAB Subseção Joinville
4	4	Renério Elias Leite Neto	Presente	AJECl - Associação Joinvilense de Engenheiros Civis
5	5	Gilda Nessler	Justificou ausência	CR CSC

2



Conselho da Cidade



Reunião 39 - Joinville, 10 de setembro de 2014 - Plenarinho da Câmara de Vereadores - Extraordinária

ANEXO I - REGISTRO DE PRESENÇA E JUSTIFICATIVAS DE AUSÊNCIA

5. ENTIDADES ACADÊMICAS E DE PESQUISA				
	Class.	Conselheiro	Registro	Entidade
1	TITULARES	1 Luis Fernando Peres Calil	Presente	UFSC
2		2 Marcio Metzner	Justificou ausência	UDESC-Joinville
3		3 Mário Oswaldo Campos Mancini	Presente	Colégio dos Santos Anjos
4		4 Therezinha Maria Novais Oliveira	Justificou ausência	UNIVILLE/FURJ

6. ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS				
	Class.	Conselheiro	Registro	Entidade
1	TITULARES	1 Gilmar Mello de Azevedo	Justificou ausência	Instituto Para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville
2		2 Roni Goulart Nunes	Presente	Instituto Ajorpeme
3	SUPLENTE	3 Lenín Hugo German Erazo Peña	Presente	IDS - Instituto de Desenvolvimento Sustentável
4		4 Gert Roland Fischer	Justificou ausência	Aprema - SC

PODER PÚBLICO				
	Ordem	Conselheiro	Registro	Órgão
1	TITULARES	1 Braúlio César da Rocha Barbosa	Presente	SAS - Secretaria de Assistência Social
2		2 Carla Cristina Pereira	Justificou ausência	Seplan - Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão
3		3 Divaldo Marcon	Presente	SH - Secretaria de Habitação
4		4 Eduardo Gineste Schroeder	Justificou ausência	Fundação Ippuj
5		5 Fernando Krelling	Presente	Felej - Fundação de Esportes, Lazer e Eventos de Joinville
6		6 Gilberto de Souza Leal Júnior	Presente	Fundamas - Fundação Municipal Albano Schmidt
7		7 Gilberto Lessa dos Santos	Presente	Fundação Ippuj
8		8 Jalmei José Duarte	Presente	Side - Secretaria de Integração e Desenvolvimento Econômico
9		9 João Luiz Sdrigotti	Presente	Subprefeitura Regional Centro Norte (Costa e Silva)
10		10 José Luiz Teodoro	Justificou ausência	SH - Secretaria de Habitação
11		11 Maria Raquel Migliorini de Mattos	Presente	Fundema - Fundação Municipal do Meio Ambiente
12		12 Miguel Angelo Bertolini	Justificou ausência	SA - Secretaria de Administração
13		13 Osmar Leon Silvi Jr.	Presente	Fundação Ippuj
14		14 Osmari Fritz	Presente	Subprefeitura Regional Sul (Boehmerwald)
15		15 Romualdo T. de França Junior	Justificou ausência	Seinfra - Secretaria de Infraestrutura Urbana
16		16 Roque Antonio Mattei	Justificou ausência	SE - Secretaria de Educação
17		17 Ruben Neermann	Justificou ausência	Ittran - Instituto de Trânsito e Transporte
18		18 Valério Schiochet	Justificou ausência	F25 Julho - Fundação Municipal de Desenvolvimento Rural 25 de Julho
19		19 Vânio Lester Kuntze	Presente	Fundação Ippuj
20		20 Vladimir Tavares Constante	Presente	Fundação Ippuj
21	SUPLENTE	21 Agnes Shwartz	Justificou ausência	FCJ - Fundação Cultural de Joinville
22		22 Eduardo Bartniak Filho	Justificou ausência	Ittran - Instituto de Trânsito e Transporte
23		23 Gilson Perozin	Presente	Fundação Ippuj
24		24 Luiz Algemiro Cubas Guimarães	Justificou ausência	Seinfra - Secretaria de Infraestrutura Urbana
25		25 Luiz Antônio Luz Constante	Presente	Fundação Ippuj
26		26 Marco Aurélio Braga Rodrigues	Justificou ausência	Secom - Secretaria de Comunicação
27		27 Maria José Lara Fettback	Justificou ausência	GVP - Gabinete do Vice-Prefeito
28		28 Murilo Teixeira Carvalho	Presente	Fundação Ippuj
29		29 Nelson Corona	Justificou ausência	SF - Secretaria da Fazenda
30		30 Rosane Bonessi Dias	Justificou ausência	SGP - Secretaria de Gestão de Pessoas

ANEXO II



Conselho da Cidade



CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL "CONSELHO DA CIDADE" MANDATO 2013/2016

Reunião 39 - Joinville, 10 de setembro de 2014 - Plenarinho da Câmara de Vereadores - Extraordinária

REGISTRO DE SUBSTITUIÇÕES

6. ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS	
Conselheiro	Substituído por:
Gilmar Mello de Azevedo	Lenin Hugo Germán Erazo Peña

7. PODER PÚBLICO	
Conselheiro	Substituído por:
Carla Cristina Pereira	Murilo Teixeira Carvalho
Miguel Ângelo Bertolini	Gilson Perozin
José Luiz Teodoro	Luiz Antônio Luz Constante

ANEXO III

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - CONSELHO DA CIDADE –

GRUPO DE TRABALHO SOBRE GEMINADOS NA NOVA LEI DE ORDENAMENTO TERRITORIAL

Reunião realizada em 14/07/2014

POSICIONAMENTOS

Sugestão do grupo de trabalho para os projetos de residências geminadas:

- Terreno com testada de 10m: 2 geminados com testada de 5m cada um;
- Terreno com testada de 12m: 3 geminados com testada de 4m cada um;
- Terreno com testada de 15m: 3 geminados com testada de 5m cada um.

Como sugestão do grupo de trabalho, não é aconselhável a construção de residências geminadas em ruas que fazem parte do eixo viário (ruas de passagem de ônibus).

O grupo também sugere que a PMJ não deve intervir nos projetos de condomínio fechado

Conselheiro Franklin Urresta Orbes
Coordenação do Grupo de Trabalho sobre Geminados

ANEXO IV

CONSELHO MUNICIPAL
DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
- CONSELHO DA CIDADE -

GRUPO DE TRABALHO
SOBRE VAGAS DE ESTACIONAMENTO
NA NOVA LEI DE ORDENAMENTO TERRITORIAL

Apresentado na Reunião de 10/09/2014

RELATÓRIO DE PROPOSIÇÕES

Resumo das proposições levantadas nas discussões e compiladas pelo coordenador do grupo de trabalho, conselheiro Luís Fernando Calil.

Proposição	Pontos favoráveis	Contrapontos
1. Para estabelecimentos comerciais		
<p>1.1 Facultar aos estabelecimentos comerciais o número de vagas. Definir na LOT apenas o número de vagas mínimas para deficientes e idosos por m² de área construída, com base no percentual estabelecido por lei para estes dois casos e como base na proporção de vagas atualmente previstas por m².</p>	<ul style="list-style-type: none"> ■ A previsão de estacionamento no destino, estimula o uso de veículos individuais motorizados, o que vai de encontro ao estabelecido pelo Plano Diretor de Joinville (Lei Complementar nº 261, de 28 de fevereiro de 2008). ■ Os estabelecimentos privados tendem a prever vagas para atender seus usuários por questões comerciais. ■ Prever vagas de estacionamento desnecessárias (no caso da demanda ser inferior ao número de vagas) restringe a possibilidade de ocupar a área com algo de interesse da cidade, e.g., área verde. ■ Estacionamentos tipicamente reduzem a permeabilidade do solo; portanto, não se deve prever vagas a mais do que necessário. ■ Levantamento realizado pelo IPPUJ indica que a grande maioria dos clientes do comércio no centro da cidade vai às compras por transporte coletivo. ■ Hoje, em Joinville, exige-se um número mínimo de vagas de 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Não exigir vagas nos estabelecimentos pode acarretar em um aumento na demanda de vagas nas ruas. ■ A restrição de estacionamento (nas vias e em estacionamentos comerciais) pode esvaziar o centro da cidade, pois empresas sairiam do centro em direção aos bairros. Esta desocupação pode piorar a segurança. ■ Como o construtor do ponto comercial tipicamente não é o lojista, a desobrigação de construir vagas pode inviabilizar o uso do imóvel por determinados empreendimentos (e.g., farmácias). Assim, ele reduz o custo da obra, mas limita o uso – o que dificultará a locação do espaço, podendo gerar “vazios urbanos”.

Proposição	Pontos favoráveis	Contrapontos
	<p>estacionamento, e já se observa algumas cidades facultando aos estabelecimentos a construção das vagas e outras cidades proibindo.</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ A demanda por vagas é particular para cada empreendimento. ■ Desobrigar a construção de vagas de estacionamento tende a reduzir o fluxo de carros na área central 	
<p>1.2 A desobrigação do empreendedor de prever vagas de estacionamento deve ser acompanhada pela restrição de vagas nas vias, ou pelo menos da indicação de que isso poderá ocorrer.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ■ Para que o empreendedor não conte com as vagas nas vias para a operacionalização do negócio. ■ Vide item 5. 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Vide item 5.
<p>2. Para órgãos públicos que fazem atendimento à população</p>		
<p>2.1 Órgãos públicos que fazem atendimento à população devem oferecer vagas de estacionamento. [Sugestão do relator¹: o número de vagas deve ser avaliado para cada caso, por técnicos do IPPUJ]</p>	<ul style="list-style-type: none"> ■ A demanda por vagas é particular para cada empreendimento. ■ Os estabelecimentos privados tendem a prever vagas para atender seus usuários, por questões comerciais, mas os estabelecimentos públicos não teriam essa pressão. ■ Não exigir vagas nos estabelecimentos pode acarretar em um aumento na demanda de vagas nas ruas. ■ Existem órgãos públicos que não oferecem vagas para os usuários, mas oferecem para os funcionários. 	<ul style="list-style-type: none"> ■ A previsão de estacionamento no destino, estimula o uso de veículos individuais motorizados, o que vai de encontro ao estabelecido pelo Plano Diretor de Joinville. ■ A necessidade de se ofertar vaga de estacionamento em órgãos públicos é um fator cultural. Existem casos, como os aeroportos, que se admite a existência de vagas para funcionários e inexistência de vagas para usuários. Se existe demanda para estacionamento, existirá uma pressão no mercado para oferecer esse serviço – como no caso da Receita Federal, que já existe estacionamento comercial nos arredores. ■ Levantamento realizado pelo IPPUJ indica que a grande maioria dos clientes do comércio no centro da cidade vai às compras por transporte coletivo. ■ Hoje, em Joinville, exige-se um número mínimo de vagas de estacionamento, e já se observa algumas cidades facultando aos estabelecimentos a construção das vagas e outras cidades proibindo.
<p>2.2 Parte destas vagas pode ser utilizada para funcionários e veículos oficiais, mas a maioria deve ser destinada para os usuários.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ■ Existem órgãos públicos que não oferecem vagas para os usuários, mas oferecem para os funcionários. 	
<p>2.3 O estacionamento deve ser pago e rotativo (tarifa</p>	<ul style="list-style-type: none"> ■ Para desestimular o motorista deixar o veículo o dia todo. 	

¹ Não foi discutido no GT como seria o procedimento para definir o número de vagas.

Proposição	Pontos favoráveis	Contrapontos
progressiva).		
2.4 Quem utilizar o serviço do órgão público deve ter uma redução no valor do estacionamento.	<ul style="list-style-type: none"> ■ Desestimular que as pessoas que vão a outros estabelecimentos utilizarem o estacionamento do órgão público. 	
3. Vagas para bicicleta		
3.1 Definir na LOT um número de vagas (gratuitas) mínimas para bicicletas por m ² de área construída.	<ul style="list-style-type: none"> ■ Estimular o uso de transporte não motorizado, conforme estipulado no Plano Diretor de Joinville. 	
4. Estacionamentos comerciais (públicos e privados)		
4.1 O pagamento deve ser realizado na saída do veículo.	<ul style="list-style-type: none"> ■ Quando feito na entrada, pode gerar fila ao longo da via pública. 	
4.2 Prever estacionamento (para carros, motos e bicicletas) junto aos terminais urbanos.	<ul style="list-style-type: none"> ■ Deve-se incentivar estacionamentos nas áreas que permitam a mudança de modal 	
4.3 Estimular a instalação de prédios garagens no centro da cidade e outras zonas comerciais, desde que tenham estabelecimentos comerciais em sua fachada.	<ul style="list-style-type: none"> ■ Existem outros exemplos de cidade que proibiram o estacionamento nas vias, mas estimularam a implementação de estacionamentos comerciais no centro da cidade 	<ul style="list-style-type: none"> ■ A previsão de estacionamento no destino, estimula o uso de veículos individuais motorizados, o que vai de encontro ao estabelecido pelo Plano Diretor de Joinville. ■ Várias cidades estão proibindo prédios garagens para desestimular o uso de veículos individuais motorizados e melhorar a relação da cidade com os cidadãos (já que são edificações para veículos e não para pessoas).
5. Vagas nas vias públicas		
5.1 Restringir vagas de estacionamento nas vias públicas	<ul style="list-style-type: none"> ■ A vaga de estacionamento na via está ocupando espaço público para benefício de um número pequeno de pessoas. Este espaço deveria ser melhor aproveitado pela população – para circulação de ônibus ou bicicletas, por exemplo. ■ A restrição de vagas de estacionamento nas vias pode aumentar a circulação de pedestres no centro. ■ Relatos de comerciantes com estabelecimento no binário João Colin / Blumenau indicam que eles preferem manter as vias sem estacionamentos. ■ Levantamento realizado pelo IPPUJ indica que a grande maioria dos clientes do comércio no centro da cidade vai às compras por transporte coletivo. ■ Restringindo as vagas de estacionamento nas vias, pode-se melhorar a fluência do trânsito naquele trecho. 	<ul style="list-style-type: none"> ■ A restrição de estacionamento (nas vias e em estacionamentos comerciais) pode esvaziar o centro da cidade, pois empresas sairiam do centro em direção aos bairros. Esta desocupação pode piorar a segurança. ■ A redução de vagas na via implicaria em uma redução de receita para a prefeitura, pois não teria o repasse referente ao estacionamento rotativo (Zona Azul). ■ A diminuição da circulação de carros no centro deveria ser obtida pelo aumento do valor do estacionamento – nas vias (Zona Azul) e comercial (A sociedade é capitalista e a solução também deveria ser.).

Proposição	Pontos favoráveis	Contrapontos
	<ul style="list-style-type: none"> ■ A retirada da vaga de estacionamento na via pública não implica – necessariamente – em faixas adicionais para tráfego de veículos individuais. Pode-se utilizar a área anteriormente destinada ao estacionamento para corredores de ônibus, ciclovias, calçadas, quiosques, etc. 	
5.2 Manter a vaga de estacionamento nas vias do centro quando for possível, para cobrar estacionamento rotativo.	<ul style="list-style-type: none"> ■ Aumentar a arrecadação do repasse do estacionamento rotativo (que deve ser revertida em benefícios a mobilidade urbana, destacadamente para o centro da cidade). 	
5.3 A restrição de estacionamento deve ser gradual.	<ul style="list-style-type: none"> ■ Para que exista a migração do transporte individual para o coletivo. 	
5.4 Caso se restrinja as vagas de estacionamento no centro, deve-se prever bolsões de estacionamento (e.g., junto aos terminais de ônibus urbanos) e transporte para o centro.	<ul style="list-style-type: none"> ■ A arrecadação com repasse do estacionamento rotativo deve ser – obrigatoriamente – revertida em benefícios para a mobilidade urbana (destacadamente para o centro da cidade). ■ Potencializa a intermodalidade. ■ Redução do número de veículos no centro e aumento da circulação de pedestre. 	

Além do apresentado no quadro anterior, foram discutidos outros pontos sem que se chegasse a uma proposição, a saber:

- Deve-se pensar em uma maneira de exigir dos estabelecimentos área de carga/descarga e de embarque/desembarque.
- Deve-se pensar em uma maneira de gerenciar estacionamento de veículos pesados nas vias urbanas.
- Deve-se estudar melhor as implicações dos roubos de veículos em vagas de estacionamento (nas vias e em estabelecimentos comerciais).

Conselheiros que participaram das discussões:

1. Amilton César Teixeira (Movimentos populares)
2. Alvaro Cauduro de Oliveira (Entidades empresariais)
3. Fabrício Roberto Pereira (Entidades empresariais)
4. Francisco Maurício Jauregui Paz (Entidades empresariais)
5. Luís Fernando Peres Calil, coordenador do grupo (Entidades Acadêmicas e de Pesquisa)
6. Mário Eugênio Boehm (Entidades empresariais)
7. Sérgio Duprat (Movimentos Populares)
8. Vladimir Tavares Constante (Poder Público Municipal)

Convidados que participaram das discussões:

1. Amanda Carolina Máximo (IPPUJ)
2. Carolina Stolf Silveira (IPPUJ)
3. Carlos Antônio Grendene (CDL)
4. Rodrigo Castelan Carlson (UFSC)

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.